

## Religiões de matrizes africanas seguem firmes diante da intolerância no ABC

---

Henrique Araújo

A data 21 de março Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé mais uma vez marcou a luta contra o preconceito e a falta de políticas públicas que garantam o exercício pleno da fé. Embora a Constituição Brasileira assegure a liberdade religiosa, praticantes de religiões afro-brasileiras ainda convivem com perseguições, discriminação e dificuldades impostas pelo poder público.

Para Cássio Lopes Ribeiro, conhecido como Pai Cássio de Ogum, presidente da Fucabrad (Federação de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros de Diadema), a resistência é a única alternativa diante dos desafios que se impõem sobre as comunidades. Destaca que, mesmo com o avanço das discussões sobre diversidade religiosa, os terreiros continuam a sofrer ataques e repressões, caso da umbanda e do candomblé.

Embora compartilhem raízes africanas, a umbanda e candomblé possuem tradições e práticas distintas. O candomblé mantém rituais e ensinamentos tradicionais das nações africanas, enquanto a umbanda integra elementos do espiritismo kardecista, do catolicismo e de culturas indígenas. “No candomblé, os ritos são voltados à ancestralidade, honram aqueles que vieram antes. Já na umbanda, o culto se direciona também a entidades, como caboclos, pretos velhos e exus, figuras que representam a resistência e a conexão com o passado”, explica.

As diferenças se estendem aos rituais. A umbanda utiliza cânticos em português, não adota a raspagem de cabeça presente em algumas vertentes do candomblé e não exige período de reclusão para iniciação. O atendimento espiritual ocorre diretamente por meio das entidades incorporadas, sem o uso do jogo de búzios. Além disso, o sincretismo religioso fez com que orixás fossem associados a santos católicos, como Ogum, frequentemente identificado com São Jorge.

### Intolerância

Apesar do respaldo constitucional, o preconceito contra as religiões afro-brasileiras persiste. Para Lyálori?à Adriana t'?'m?lú, coordenadora estadual do Fonsanpotma (Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana), o problema não se restringe à intolerância religiosa, mas reflete um racismo estrutural que há séculos marginaliza esses povos. “Falamos de uma tradição construída por pessoas escravizadas, que, mesmo após a abolição, seguiram sendo perseguidas. Até hoje, quando alguém denuncia um terreiro para a polícia, sabemos que o objetivo é fechar nossas casas”, diz.

Casos de repressão não são isolados. Adriana comenta que, em São Bernardo, gestões anteriores destruíram espaços religiosos em áreas preservadas. Nas escolas, crianças continuam sendo vítimas de discriminação, chamadas de “macumbeiras” e hostilizadas por colegas. O avanço de ideologias conservadoras intensificou esse cenário no ponto de vista da coordenadora, dificulta a garantia de direitos.

### **Políticas públicas**

A luta pela igualdade religiosa também passa pela reivindicação de políticas públicas. Para Lyálori?à Adriana, garantir direitos básicos às comunidades de matriz africana significa reconhecer a história de um povo violentado ao longo dos séculos.

No ABC, a Coordenadoria de Igualdade Racial, dentro do Consórcio Intermunicipal, é um espaço onde essas pautas são debatidas. O grupo temático dedicado aos povos tradicionais busca assegurar que a legislação seja aplicada efetivamente e que os direitos dessas comunidades sejam respeitados.

O Censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) já apontava uma presença significativa de adeptos das religiões de matriz africana na região. De 11.515 pessoas, 8.590 são umbandistas e 2.912 candomblecistas. Em Mauá, foram registrados 1.647 fiéis, sendo 997 umbandistas e 649 candomblecistas. Em Ribeirão Pires, havia 404 praticantes, com a maioria seguindo a Umbanda. Rio Grande da Serra, por sua vez, contabilizou 103 adeptos, todos umbandistas.

Santo André apresentou o maior número absoluto, com 3.025 seguidores dessas tradições, dos quais 2.401 pertenciam à umbanda e 624 ao candomblé. Já São Bernardo contabilizou 3.693 fiéis, enquanto São Caetano registrou 886. Diadema, por sua vez, apresentou 1.757 adeptos, sendo 1.232 ligados à umbanda e 514 ao candomblé.

Com a mudança de governo em algumas cidades da região, há expectativa de que novos gestores abram espaço para discussões mais efetivas. Pai Cássio destaca que o Consórcio ABC, agora com a participação de todas as prefeituras, é um caminho para avanços. “Pode ser que alguns gestores não queiram dialogar, mas estaremos lá para cobrar. Nossa resistência não para”, afirma.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3603379/religioes-de-matrizes-africanas-seguem-firmes-diante-da-intolerancia-no-abc/>

**Veículo:** Online -> Site -> Site Repórter Diário

**Seção:** Cidades